

# Campos combate o Estado na ESG

ESP, 23/6/87

RIO  
AGÊNCIA ESTADO

P.4

Partidos Políticos

"O Estado deve intervir o menos possível na vida do cidadão", disse o senador Roberto Campos (PDS-MT), durante debate ontem no auditório da Escola Superior de Guerra, no Rio. Este, para o parlamentar, é o melhor caminho a seguir, de acordo com o quadro da economia mundial e com os exemplos intervencionistas, que em nada contribuíram para o desenvolvimento nem para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Campos deu ênfase aos modelos econômicos que garantem amplo espaço à livre iniciativa, e um dos oficiais que assistiam ao debate lembrou que a mesma tese foi recentemente defendida por um político socialista, o primeiro-ministro da Espanha, Felipe González, durante sua visita ao Brasil.

O senador defendeu o modelo econômico neoliberal, argu-

mentando que ele assegura as condições para o desenvolvimento sem o intervencionismo estatal, que só contribui para estimular a burocracia estatal, sem ganhos reais para os cidadãos.

## Partidos sem programas

No debate sobre partidos políticos promovido pela ESG, Campos admitiu que não há diferença programática nítida entre os partidos políticos brasileiros, a não ser no PT. "Mas este é um partido pequeno e não chega a influir muito na política nacional." A mesma declaração foi feita pela deputada Sandra Cavalcanti, do PFL do Rio, que também participou do debate, juntamente com o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, e o próprio presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. Sandra Cavalcanti disse que seu partido caminha para a mesma definição programática que o PT já alcançou.

Por sua vez, Lula disse que

seu partido não atua em função de interesses fisiológicos, nem de conchavos. "Não pedimos emprego a ninguém em troca de qualquer coisa", disse o deputado constituinte, em uma das suas principais declarações feitas no debate.

"Na verdade, o nosso problema não é o mandato do presidente, não é o sistema de governo. O que nos preocupa são os grandes problemas deste país", disse. O presidente Nacional do PT considerou o problema como de caráter: "É moral", disse Lula.

Tanto Roberto Campos quanto Lula, Sandra Cavalcanti e Covas admitiram que dos trabalhos da Constituinte deverá resultar um sistema de governo misto, com muitas prerrogativas clássicas do presidencialismo e também do parlamentarismo. Mas nenhum dos participantes do debate da ESG chegou a situar os problemas do País na questão do sistema de governo.



Lula, Campos, Covas e Sandra, várias tendências da Constituinte na tribuna da ESG

## Lula aceita diálogo e rejeita pacto

O presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, defendeu ontem o diálogo político, durante o debate sobre partidos, realizado no auditório da Escola Superior de Guerra. Ele afirmou, também durante o debate, que não é um sectário, e está pronto para um diálogo objetivo, que envolva a discussão honesta dos problemas brasileiros. Mas ressaltou depois de criticar o Plano Bresser, que não acredita na perspectiva do pacto social ou nacional que o governo Sarney propõe, por um motivo principal: "O governo apresenta sempre uma receita pronta, ao invés de discutir os problemas da sociedade com os seus mais diversos segmentos".

Esta foi a primeira vez que Lula esteve na ESG, depois de se afirmar como líder sindical, a partir do final da década de 70, e de organizar um partido. Foi também a estréia de ou-

tro político nos debates da ESG, o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, que teve seus direitos políticos e seu mandato de deputado federal cassados no final da década de 60, quando já se destacava como líder do antigo MDB.

Se, por um lado a ESG rompeu seu comportamento de três décadas (no início da década dos 70 o então comandante da ESG, general Rodrigo Octávio, já falecido, enfrentou problemas por ter convidado o então cardeal-primaz do Brasil, dom Avelar Brandão Vilela, também já falecido, para falar em seu auditório), um outro fato causou surpresa: a identificação entre algumas teses defendidas por Lula e Covas e teses defendidas por militares. Lula fez, entre outras, duas declarações que receberam apoio de alguns militares, de que a adoção do parlamentarismo será um salto no escuro; a segunda, a

de que as pequenas e médias empresas precisam de apoio.

O comandante da ESG, almirante Bernard David Blower, balançou a cabeça em sinal de aprovação em alguns momentos da entrevista do senador Mário Covas. Por exemplo, quando ele disse que o importante agora é realizar esforços para enfrentar as dificuldades, e não fazer este ano a eleição direta para presidente, "que atropelaria a Constituinte".

Nos planos de Lula já estão previstos dois encontros. O primeiro com o presidente do PFL, Marco Maciel, que pode acontecer esta semana. O segundo com o ex-governador Leonel Brizola, do PDT que, segundo ele, poderá ocorrer dia 7, em Brasília.

Mas os entendimentos entre os dois partidos, independentemente do encontro de seus presidentes, já ocorreram, como admitiu Lula.

## 'Plano Bresser não é do PMDB'

"O Plano Bresser não é um plano do PMDB, mas do governo que o PMDB apóia, disse ontem o líder do partido na Constituinte, Mário Covas, durante entrevista na Escola Superior de Guerra, após participar de debate sobre os partidos políticos. Ele concordou com a declaração que havia sido feita pelo presidente de seu partido, Ulysses Guimarães.

Covas reconheceu que o PMDB vem sofrendo desgaste, e disse que "este é o ônus natural de um partido que tem a seu cargo o fato de apoiar o governo". Mas ressaltou que o PMDB não é o único partido que apóia o governo, lembrando que "a transição democrática se fez através da constituição da Nova República, embora os erros e acertos do governo sejam debitados ao PMDB".

O senador voltou a defender a eleição direta em 88. Ele disse que "o mandato do presidente tem de ser de quatro anos, porque, quando se fez a campanha das diretas, o povo convo-

cou o PMDB a usar o Colégio Eleitoral, que condenava, para fazer a transição democrática".

"Parece-me que se pode concluir que a transição implica dois passos: completar a Constituinte, que me parece que se esgota este ano, e depois realizar a eleição direta no ano subsequente. Mas eu não defendo esta posição em função de nenhum fator conjuntural. E vou dizer por quê: não se pode dizer na Constituinte que o mandato será de quatro, cinco ou seis anos, salvo quando a inflação ultrapassar determinado valor", disse Covas.

### DÍVIDA E ESTRUTURA

Ao comentar a possibilidade de haver um novo Plano Marshall, desta vez para os países endividados, Mário Covas lembrou que "é preciso enfrentar o problema da dívida não conjuntamente, mas sim estruturalmente".

O senador disse que, ao compa-

recer à recepção oferecida pelo empresário Israel Klabin ao ex-secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, não teve a finalidade de negociar critérios para a renegociação da dívida brasileira, em nome do governo. "Nem nós nem ele estivemos lá com esta responsabilidade, mas apenas para trocar idéias."

O líder do PMDB na Constituinte disse que a expressão pacto social é um pouco ambiciosa, mas nem por isso se deve parar de buscar um amplo entendimento, um grande diálogo. Covas prefere defender esforços que possam permitir a busca de soluções para a crise.

O parlamentar acrescentou que seria possível um amplo entendimento político, mas reconheceu que "o Plano Bresser vai encontrar dificuldades, especialmente na classe trabalhadora". Para o senador mais votado do País, pode haver resistências ao Plano Bresser "até mesmo dentro do PMDB".